



HOMOFOBIA NA ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS CUJOS PAIS/MÃES VIVEM EM CONDIÇÃO DE CONJUGALIDADE HOMOAFETIVA

Maria Iara Diógenes de Lima (1); Jucilene de Oliveira Batista (2); Maria Veralúcia de Sousa Freitas (3); Anna Luzia de Oliveira (4)

1,2 e 3 Alunas da Faculdade Evolução do Alto Oeste Potiguar – FACEP

4. Orientadora e professora da Faculdade Evolução do Alto Oeste Potiguar - FACEP

facep@facep.com.br

Resumo: O presente trabalho trata-se de uma construção reflexiva quanto aos processos advindos das transformações da conjuntura familiar ao longo do tempo. Tem como objetivo, verificar os efeitos da homofobia na escolarização de crianças cujos pais/mães vivem em condição de conjugalidade homoafetiva. Atenta-se à discussão de heteronormatividade, reflexão sobre sexualidade e identidade de gênero no currículo escolar, entre outras práticas com as quais a escola tem reproduzido, sutilmente, a homofobia, produzindo efeitos negativos nos (as) alunos (as), vítimas dessas práticas.

Palavras-chave: Homofobia na escola, homoparentalidade, heteronormatividade, conjuntura familiar, efeitos da homofobia.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a sociedade tem hierarquizado e naturalizado o modelo tradicional de família composta pelo pai/homem, mãe/mulher e os filhos, frutos de uma união heterossexual, sustentado pelo patriarcalismo, no qual a autoridade está centrada na figura masculina e a figura feminina associada à submissão, aos cuidados dos filhos e do lar. Contudo, a partir de lutas políticas e sociais, com o declínio do patriarcalismo, aumento do número de divórcios, controle da natalidade e inserção da mulher no mercado de trabalho, a conjuntura familiar tem sofrido transformações ao longo do tempo e se reconfigurado em novos arranjos: monoparentais, recompostas, homoparentais, entre outras.



Estas diferentes configurações familiares estão cada vez mais evidentes em nossa sociedade, especialmente as famílias homoparentais, que hoje tem o direito legal a adoção e procriação assistida.

Crianças oriundas desses novos arranjos familiares formam um conjunto crescente de alunos e alunas nas escolas brasileiras, até o momento praticamente ignorado, já que a prática da maternidade e da paternidade por LGBTs – lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais e travestis - ainda é uma realidade recente no Brasil.

Na escola, essas famílias são geralmente invisibilizados, com pais e mães muitas vezes orientando seus filhos e filhas a omitirem de seus colegas e professores a composição não-convencional de sua família, numa atitude preventiva para que os mesmos não venham a sofrer discriminações e violência. (MELLO; GROSSI; UZIEL, 2009).

Assim, como a literatura denuncia, a realidade evidencia o fato de ainda convivermos com preconceitos e questões negativas sobre a sexualidade. (MELLO; GROSSI; UZIEL, 2009). Partindo desse pressuposto, considera-se a seguinte problemática: como tem se configurado a homofobia no âmbito escolar e quais são seus efeitos sobre crianças oriundas de famílias homoparentais?

Borrillo (2015) afirma ser imprescindível identificar a articulação dos fenômenos de violência e segregação sexual e perceber que vão muito além de concepções separadas de alguns indivíduos ou grupos sociais. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo verificar os efeitos da homofobia na escolarização de crianças cujos pais/mães vivem em condição de conjugalidade homoafetiva.

Reporta-se como parte essencial para a discussão, aos fenômenos de desrespeito contra minorias homossexuais, sobretudo no tocante à prática homofóbica no contexto escolar em relação a crianças filhas de pais homoafetivos.

Borrillo (2001) pontua que atitudes homofóbicas, sejam elas sutis ou violentas, têm sido justificadas por um mecanismo de dominação que oculta a discriminação vinda do grupo dominante e evidencia a “existência” de uma “deficiência estrutural” dos dominados. Tal ocorrência remonta a necessidade e urgência em dar visibilidade a essa minoria, sobretudo no que diz respeito ao âmbito escolar e os efeitos da homofobia advindos do mesmo sobre crianças oriundas de famílias homoparentais.

1. **HOMOFOBIA**



A heteronormatividade parte de instituições e de setores expressivos da sociedade, naturalizando a homossexualidade sobre outras opções sexuais, reforçando assim a homofobia.

O termo homofobia foi cunhado no século XX pelo psicólogo George Winberg ao referir-se a pessoas que têm aversão ou temor de estar no mesmo lugar com homossexuais ou pessoas identificadas como tal. Hoje, o termo é considerado insatisfatório a medida que trata de uma atitude extrema de repugnância psicológica, deixando implícitas outras formas de violência e desrespeito contra o grupo LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais - e isentando algumas instituições da responsabilidade pela tramitação de tais práticas. (JUNQUEIRA, 2012).

Pensar a homofobia como prática isolada de alguns e como um simples sentimento negativo em relação aos LGBTs é reduzi-la, simplificá-la, amenizá-la dos mais diversos aspectos de suas causas e possíveis formas de enfrentamento.

Apesar de ser um tema que vem ganhando bastante notoriedade por meio dos movimentos LGBTs e das diversas formas midiáticas, das quais a população dispõe na atualidade para denúncias e reivindicações, a homofobia ainda é tratada, na maioria das vezes, como um problema de uma minoria (LGBT) vitimizada, um fenômeno psicológico. As discussões e debates direcionam-se ao destaque de como essas vítimas se sentem com tal abuso (JUNQUEIRA, 2009).

Atenta-se aqui para o fato de a homofobia não ser reconhecida como uma prática/doença cultural, fenômeno social, enraizada na sociedade através dos padrões de família e naturalização da homossexualidade, historicamente construídos e perpassados de geração para geração. Esse vício de se referir a homofobia, assim como a outras formas de violência contra grupos, como um problema de poucos, como problema das vítimas e não da sociedade, como propagadora de tais práticas, remonta o quão preocupado estão os debates que envolvem a temática, em tentar de fato buscar por melhorias e evolução no que se entende pela defesa dos direitos iguais e representa também um discurso de exclusão e diminuição do problema.

De acordo com Borrillo (2015) a homofobia se sustenta como as outras formas de violência e discriminação, partindo da lógica de desumanizar o outro e torná-lo inexoravelmente diferente. Este artigo aponta a escola como mecanismo sustentador da lógica de afirmação da diferença, partindo de supostos padrões ou modelos “corretos”.

2. HOMOFOBIA NA ESCOLA



Louro (1999) explica que as identidades de essência humana, não apenas as de sexualidade e de gênero, são diretamente relacionadas ao corpo como forma de concebê-las de maneira imutável e biológica, omitindo os processos/influências culturais e históricas implicados em suas construções.

Com as transformações sociais essas identidades assumem posições cada vez mais inconstantes, o ser humano passou a ter mais liberdade de escolha e expressão. Desta forma, ainda atribuindo ao corpo a construção da identidade humana, a sociedade tem difundido “marcas” corporais e comportamentais que denunciam as identidades dos indivíduos como forma de categorizá-los e diferenciá-los. Entende-se essa prática social como preconceituosa e perpetuadora de estereótipos que perpassam por instituições de grande significado em todas as culturas, como a escola, por exemplo.

Oliveira (2015) ratifica que ao longo do tempo a escola contribuiu e ainda contribui para a formação de padrões sociais e valores, legitimando relações de poder e hierarquias, representando um espaço legítimo e normalizador, com grande resistência a reconhecer a diversidade, inclusive a diversidade sexual e de gênero.

A equipe escolar – professores (as), alunos (as), pais e administração –, em especial os professores e núcleo gestor, tem função de educar e de ajudar no desenvolvimento psíquico e social do aluno (a). No entanto, seguindo o padrão heterossexista de um discurso de gênero hegemônico muito presente na sociedade, a escola tem privilegiado historicamente o homem branco, de classe média, heterossexual, cristão, oriundo do modelo tradicional de família. Sendo assim, atenta-se para a complexidade e quantidade de preconceito, segregação e marginalização que está implicada no ambiente escolar, para com crianças que não atendem a essas características, sobretudo no que diz respeito ao arranjo familiar do qual fazem parte.

Oliveira, Pastana e Maia (2012) afirmam a manutenção do caráter sexista na educação infantil, no qual o fato de ser menino ou menina determina as possibilidades apresentadas pelos professores sobre os comportamentos esperados dentro da condição sexual biológica de cada aluno (a). Apesar do presente trabalho não direcionar a discussão para esse foco, é preciso apontar para a crença que habita e é perpassada para os (as) alunos (as), de tal maneira que se configura o desrespeito tanto para alunos com diferentes identidades de gênero, quanto para as famílias homoparentais de alunos, tornando a escola um ambiente hostil e intolerante frente a diversidade sexual e de gênero, ambiente esse que deveria ser esclarecedor, acolhedor e justo, não reprodutor de preconceitos, segregação, hierarquização e violência, historicamente mantidos.



Os valores e premissas sociais que são perpassados e reproduzidos dificultam a prática democrática de direitos iguais e alimentam os ciclos viciosos e históricos de desrespeitos, discriminação, homofobia e entre outras formas de violência.

A instituição escolar como preparadora e formadora de cidadãos, não estando capacitada a lidar com as diversidades, produz verdadeiros carrascos, preconceituosos e homofóbicos, além do sofrimento causado a quem é alvo de tanta discriminação.

Reforçando como o preconceito e a homofobia se fazem presentes no âmbito escolar, Cruz (2008) explica que apesar de reconhecer a importância da parceria que deve existir entre escola e família para o desenvolvimento do aluno (a), a escola tende a responsabilizar a instituição familiar pelo mal desempenho dos discentes, alegando que o arranjo parental é “desestruturado”.

Dessa forma, além de retirar sua parcela de responsabilidade da situação, a escola confirma seu ideal de família, a medida que se refere a uma desestruturação de um modelo que tem consequências negativas para o desempenho de seus filhos, reconhece que outro possui “estrutura”-respondendo ao padrão heterossexista de família tradicional nuclear - que, em contraponto aos outros modelos, oferece melhores condições para o desenvolvimento da sua prole.

Dentro dos conceitos de famílias “estruturadas” e “desestruturadas” a escola acaba segregando as famílias em “negativas” e “positivas”, “certas” e “erradas” e, portanto, os alunos em “bons” e “maus”, dependendo do arranjo familiar ao qual fazem parte. O preconceito e a homofobia começam a se expressar de maneira sutil, mas exorbitantemente desconcertante em relação aos drásticos efeitos produzidos nas crianças vítimas de tal violência.

Sobre os efeitos da despreparação, da posição retrógrada e da coerção escolar em relação a questões da sexualidade e gênero com crianças filhas de casais homoafetivos, ressalta-se a necessidade de mais atenção e visibilidade, principalmente porque se tratam de um ataque severo a saúde mental, a dignidade e a cidadania dessas crianças e famílias discriminadas.

3. HOMOFOBIA COM CRIANÇAS FILHOS(AS) DE CASAIS HOMOAFETIVOS

Hoje, são poucos os trabalhos que direcionam a devida atenção a escolarização de crianças que não são oriundas do modelo tradicional de família - pai/homem, mãe/mulher e sua prole -, ignorando-se conflitos e sofrimentos decorrentes de preconceitos, discriminações, violências de gênero e demais ações homofóbicas no âmbito escolar. (MELLO; GROSSI; UZIEL, 2009). A



homofobia direcionada a filho(s)/a(s) de casais homoafetivos, é uma realidade que tem se tornado cada vez mais presente na sociedade atual. (OLIVEIRA, 2015).

Segundo Mello, Grossi e Uziel (2009), na escola, essas famílias – especialmente as homoparentais - são geralmente invisíveis, com pais e mães muitas vezes orientando seus filhos(as) a omitirem de seus colegas, professores e demais funcionários escolares a composição não-convencional de sua família, por receio de que sejam vítimas de algum tipo de discriminação/violência.

Sobre essa realidade, Dinis (2011) pontua que a escolha dos professores (as) em só discutir assuntos universais, concebendo somente a norma da heterossexualidade como natural, exclui a sexualidade distinta desta concepção, ocultando a diversidade sexual e de gênero do currículo. Desta forma, a escola impõe, de diversas maneiras, o que considera correto, se isenta da discussão e da problematização em relação a sexualidade e, conseqüentemente, agride brutalmente o psicológico das crianças oriundas dos modelos de família tão inferiorizados, discriminados e menosprezados pela instituição educativa – não apenas a escola, mas toda a rede educacional.

Seguindo essa lógica, Rocha Filho (2010) fomenta a personalidade como uma característica construída socialmente, construção da qual a escola é responsável por grande parcela, sendo o currículo escolar um auxiliador da formação e do desenvolvimento humano. Sendo assim, pode-se concluir que a escola vem atuando como ativa perpetuadora da heteronormatividade e reprodutora, mesmo que sutilmente/disfarçadamente, de atitudes homofóbicas.

Logicamente, em virtude disso e de outras formas de hierarquização sexual, de modelos familiares entre outros, a homofobia é também reproduzida pelos alunos, uns discriminando aqueles que são marginalizados, outros marginalizados sendo preconceituosos consigo mesmo ou semelhantes.

Festividades de comemoração de dia dos pais ou dia das mães, romantismo frente ao modelo tradicional de família como sendo o ideal e correto, a heteroparentalidade presumida, nos espaços de fichas de matrículas, entre outras práticas escolares atingem de maneira direta e, sem sombra de dúvidas, a saúde emocional das crianças que não se encaixam no padrão idealizado, de tal maneira que podem vir desenvolver problemas psicológicos, falta de interesse nas atividades educativas, ou até mesmo a concepção de que são “desajustadas” e “impuras”.

Sendo assim, torna-se necessário problematizar e discutir não apenas a existência da homofobia na escola, como também, investigar sobre os efeitos da mesma, visto que, não é possível



reconhecer sua existência sem que haja efeitos sobre os sujeitos que dela são vítimas. (OLIVEIRA, 2015).

4. EFEITOS DA HOMOFOBIA

Além de todo o descaso sofrido pelas crianças filhas de casais homossexuais no ambiente escolar, é imprescindível acrescentar a este cenário, para melhor compreensão da gravidade dessa conjuntura social homofóbica a que este trabalho se refere, os índices de agressões e violências contra o grupo LGBT e pessoas identificadas como tal. Dessa forma, ressalta-se a constante insegurança e medo, diante da violência a que essas famílias homoparentais, estão expostas diariamente.

É preocupante pessoas sofrerem ataques em diversas instituições sociais pelo simples fato de viverem uma identidade sexual e/ou construírem um modelo de família diferente do historicamente idealizado/ensinado.

Junqueira (2009) informa que, no Brasil, há em média um assassinato homofóbico registrado a cada três dias. De acordo com o relatório anual publicado pelo Grupo Gay da Bahia – GGB -, em 2015, foram assassinados 318 LGBTs no Brasil. É contabilizado um crime de ódio a cada vinte e sete horas no país. Entre as vítimas, 52% são gays, 37% travestis, 16% lésbicas, 10% bissexuais. A homofobia tem tirado a vida inclusive de pessoas não LGBT: 7% de heterossexuais confundidos com gays e 1% de amantes de travestis.

O relatório do GGB de 2015 também informou que, proporcionalmente, as travestis e transsexuais são as mais vitimizadas, sendo que no Brasil ocorrem mais da metade dos homicídios contra transsexuais do mundo. Em termos regionais, a região nordeste é disparada a mais homofóbica, registrando 106 óbitos, dos 318 contabilizados no país.

Com pesquisas rápidas coloca-se notória a face violenta da homofobia, o que se configura como reflexo de, no mínimo, certa invisibilidade das vítimas no que diz respeito a garantia de direitos humanos e da cidadania. O crescimento do número de crimes de ódio contra grupos/pessoas LGBTs reflete a impunidade dos agressores/assassino-homofóbicos.

Em virtude dos fatos, é interessante pensar que muito ainda se tem a avançar sobre o tema. A impunidade dos assassinos realça a ideia de uma situação irreversível em relação ao



enfrentamento e superação desse tipo de preconceito social, sobretudo nas esferas educacionais que, com práticas sutis e maquiadas daquilo que “parece” ser mais “correto”, reproduz o preconceito e a homofobia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que seja necessário mostrar os efeitos da homofobia e o sofrimento causado as suas vítimas, pensa-se numa possibilidade mais efetiva e coerente de falar sobre o assunto, explicitando os privilégios que os grupos considerados "normais" ou "dentro dos padrões" têm em relação aos minoritários e os benefícios advindos dessa violência e supremacia de uns sobre os outros na sociedade.

Machado (2012) pontua as implicações da política na sexualidade e vice-versa, explicando como, apesar de todas as transformações sociais que ocorreram ao longo do tempo – expansão do capitalismo, grandes guerras, movimentos culturais, a relativização e flexibilização dos papéis sociais, a ascensão do Estado democrático liberal, associado a globalização – a homossexualidade permanece em condições subalternas no discurso hegemônico contemporâneo.

Sendo assim, debates, discussões, trabalhos científicos que promovam mais visibilidade a temática, são indispensáveis ao enfrentamento da homofobia e, portanto, para assegurar melhor qualidade de vida, de cidadania, direitos humanos e entre outros aspectos de uma vida digna que os LGBTs e suas famílias devem ter como qualquer outra pessoa.

É necessário superar preconceitos, sobretudo os existentes dentro da escola, na tentativa de erradicar o ensinamento disfarçado de práticas homofóbicas. Contudo, entende-se que esse processo depende de passos lentos e lutas assíduas.

REFERÊNCIAS

BORRILLO, Daniel. História e Crítica de um Preconceito. **Autêntica**, 2015.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. Barcelona: Bellaterra, 2001.

CRUZ, Antonio Roberto Seixas da. **A relação escola e famílias: concepções elaboradas por agentes educadoras no âmbito de uma escola pública dos anos iniciais do ensino fundamental**. 2008.



DINIS, Nilson Fernandes. **Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência** Homophobia and education: when omission is also a sign of violence. 2011.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. Bagoas-**Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 1, n. 01, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. **Discursos fora da Ordem: deslocamentos, reinvenções e direitos. Consultado a**, v. 25, p. 2014, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Diversidade sexual e homofobia: a escola tem tudo a ver com isso. In: XAVIER FILHA, Constantina (Org.). **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual**. Campo Grande: UFMS, 2009c, pp. 111-142.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade**. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, p. 7-34, 1999.

MACHADO, Marco Aurélio Máximo Prado Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MELLO, L.; GROSSI, M. P.; UZIEL, A. P. A Escola e os Filhos de Lésbicas e Gays: reflexões sobre conjugalidade e parentalidade no Brasil. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2009. p. 159-181.

OLIVEIRA, Amanda Guedes de; PASTANA, Marcela; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Padrões normativos de gênero em livros infanto-juvenis sobre educação sexual. **Revista de Psicologia da UNESP**, p. 80-90, 2012.

OLIVEIRA, Anna Luzia. **A homofobia com crianças filhos/as de casais homossexuais em contexto escolar**. 2015.

ROCHA FILHO, João Silva. O currículo escolar e as relações de heterossexismo e homofobia na educação básica, p. 10, 2005.